

Sobre o edifício comum, quase a entrar nos mundos domésticos

ARTIGO XXXXII DA SÉRIE HABITAR E VIVER MELHOR

António Baptista Coelho

Este é um artigo atípico, por vezes assim acaba por acontecer, designadamente, quando estamos a seguir uma dada disciplina editorial e não queremos “queimar etapas” temáticas.

A Série “Habitar e Viver Melhor” está prestes a atravessar a porta dos mundos domésticos (a discutir e aprofundar ao longo de 2014), mas ainda havia alguns temas a considerar no que se refere ao edifício multifamiliar.

Sendo assim optou-se por editar, já de seguida, um pequeno comentário de referência à renovada importância do habitar nos nossos novos (ou renovados) quadros urbanos, marcando-se assim a referida passagem de nível físico habitacional - dos espaços comuns do edifício habitacional para os espaços privados dos mundos domésticos -, seguindo-se, depois as últimas abordagens a espaços e elementos desse edifício e tratando-se neste caso, sinteticamente, duas matérias bem distintas: as garagens dos moradores e a integração da natureza no edifício multifamiliar.

Não queríamos, no entanto, “afastarmo-nos” do edifício e das suas diversificadas e viáveis soluções multifamiliares, mais ou menos “coletivas”, mais ou menos multifuncionais, mais ou menos urbanisticamente “embebidas” na continuidade das funcionalidades e das imagens urbanas locais, mais ou menos “familiares” nas suas escalas e serviços disponibilizados, etc., etc., sem esta pequena, mas dinâmica, referência às potencialidades do edifício multifamiliar em termos de um verdadeiro programa habitacional, que não se limite às funções, mas que integre a outra parte da moeda do habitar, que vai da humanização à apropriação, levando de certa forma o sentido doméstico, mais ou menos

filtrado, à própria vivência do edifício; e que pode avançar e já avançou em soluções edificadas multifamiliares estimuladamente inovadoras, designadamente, nas relações que evidenciam seja com o meio em que se integram, seja com a "dimensão" e a importância do respetivo espaço comum/coletivo, seja com o evidenciar da contiguidade dos mundos domésticos privados e familiares.

Aproveita-se assim esta "passagem de nível físico" do edifício à habitação para sublinhar que iremos tratar esta matéria também desta forma menos funcional, mas talvez "mais livre e verdadeira" em artigos individualizados e autonomizados desta série editorial e que a continuidade desta mesma série não pretende, de forma alguma, e naturalmente, esgotar a abordagem dos elementos constituintes de um habitar em comum, mas sim contribuir para uma discussão renovada sobre matérias que, infelizmente, parecem ser, por vezes, pouco alteráveis e previamente definidas, como se as tipologias mais correntes fossem uma espécie de fatalidade, o que evidentemente não é verdade.

Parte 1 - Algumas reflexões sobre "Habitar e Viver Melhor", num artigo de charneira e de passagem entre as matérias comuns do edifício habitacional e as dos mundos domésticos privados.

O mundo doméstico retoma, hoje em dia, uma importância que talvez só tenha tido no mundo antigo, quando habitar e trabalhar profissionalmente se conjugavam, com frequência, nos mesmos espaços de habitar, condição que, entre outros aspetos, tinha exigências específicas de integração urbana.

Por outro lado e lembrando-nos que a cidade surgiu por necessidade civilizacional e humana, porque os homens precisaram dos outros homens para melhor viverem e prosperarem, também em termos culturais amplos, e que esta função da cidade se perdeu, em boa parte, nos desvarios dos zonamentos e da (mono)funcionalidades, geradores de periferias, pseudo-vizinhanças e também de edifícios e habitações sem vida e sem carácter/"alma"; talvez que por um amplo e diverso leque de razões, até económicas, nos seja dada, hoje em dia, uma nova oportunidade de re-habitar a cidade com vitalidade, diversidade e natural multifuncionalidade.

E é interessante ter em conta que, por outro lado, um cada vez mais amplo grupo de habitantes que vivem autonomamente, sem ser num quadro de família corrente ou alargada - até eventualmente por vontade própria -, e estamos a referir situações de pessoas que vivem sozinhas ou em casais, poderão encontrar neste renovado quadro urbano e habitacional o sentido gregário e de companhia, ou o sentido de vida urbana de vizinhança e/ou central que desejam como elemento complementar da sua autonomia doméstica.

Tudo isto implica renovados quadros de vizinhança e integração urbana, de equipamentos coletivos, de tipologias edificadas e de soluções domésticas e de serviços, que urge aprofundar e propor num quadro de essencial diversidade de ofertas e importa ter em conta que estes caminhos estão já aí a serem seguidos em casos concretos que podemos experimentar e discutir.

A Série “Habitar e Viver Melhor”, que tem vindo a ser editada na Infohabitar, desde há mais de uma ano, intercalada por outros artigos, pretende contribuir para essa discussão, ainda que seguindo uma perspetiva que está ainda muito alinhada com uma abordagem técnica e científica das áreas do habitar que, autocriticamente, pode ser considerada talvez excessivamente funcionalista e sistemática, avançando-se desde as vizinhanças urbanas, aos espaços comuns dos edifícios e, em breve, pelos espaços domésticos.

No entanto procurou-se desenvolver uma abordagem orgânica e diversificada desta matérias de como se pode habitar melhor, e pretende-se que noutros artigos se possa aprofundar um sentido de “programa habitacional mais livre e multifuncional”, que se julga ter hoje em dia grande interesse nas cidades que temos de re-habitar e re-vitalizar com as pessoas e as atividades de hoje.



Fig01: imagem da diversidade tipológica residencial e do verde urbano do bairro realizado em Malmö, quando da exposição BO01 em 2001.

Parte 2 - Das garagens habitacionais à integração da natureza no edifício multifamiliar

São, realmente, assuntos diversos e que exigem tratamento específico e a desenvolver em futuras oportunidades, mas quis-se aqui fuchar o ciclo do edifício multifamiliar a que dedicámos numerosos artigos em 2013, de modo a iniciar 2014 e o 10.º ano de edições da Infohabitar com abordagem aos mundos domésticos.

E chama-se a atenção para o sentido muito sintético, “de comentário” e apenas exploratório dos dois textos temáticos que se seguem.

Garagens comuns

Sobre as garagens comuns pode muito a dizer, considerando-se, essencialmente, quatro perspectivas que devem estar na mente de quem concebe uma garagem comum que se deseje verdadeiramente satisfatória numa sua utilização frequente.

(i) Um primeiro aspeto está evidentemente ligado às condições de segurança diversificadas que têm de existir numa garagem habitacional e que aqui não serão desenvolvidas, apontando-se apenas as críticas temáticas associadas à segurança contra risco de incêndio, à adequada ventilação e qualidade do ar - com natural destaque para os aspetos associados à saúde e bem-estar dos habitantes utentes - , e a condições de boa segurança no “convívio” entre veículos e peões; e em tudo isto não devemos esquecer que estamos num quadro habitacional de contiguidade com espaços comuns e indiretamente com habitações.

(ii) O segundo aspeto tem a ver com a existência de verdadeiras condições de funcionalidade e manobralidade no arrumar dos veículos e nas suas manobras de entrada e saída e no interior da garagem.

Não se tem na mente qualquer objectivo de elevada velocidade e de espaciosidade tão desafogada que até motive a arrumação desordenada dos mais diversos “trastes” pertença dos habitantes, mas apenas que se possa entrar, arrumar e sair com verdadeira facilidade; e esta solução casa bem com aspectos pontuais de intervenção cuidada em termos de integração de equipamentos de segurança, pintura de faixas de acessibilidade e restante lettering e outros elementos relativos ao design de comunicação - que são matérias que não têm de ser “obrigatoriamente” enfadonhas, ou friamente funcionais, transformando-se a garagem comum residencial numa espécie de espaço que sobrou, quase inacabado e para o qual se encontrou uma utilidade residual - o que, evidentemente, não deveria ser o caso.

(iii) O terceiro aspeto é um pouco mais ambicioso, talvez só aparentemente, e refere-se a uma caracterização da garagem comum como espaço de uso humano e residencial, pelo menos, minimamente agradável e atraente; condições estas que muito têm a ver com a possibilidade de existir alguma penetração de luz natural, de poder existir, eventualmente, alguma presença de vegetação, e com um arranjo formal cuidado, baseado numa lógica funcional, naturalmente, mas que não “esqueça” que se está a criar uma garagem residencial e não um simples depósito de veículos.

Neste caso há soluções razoavelmente correntes de luz natural rasante, de portões gradeados (ou em rede) e que portanto deixam entrar a luz e, naturalmente, haverá uma escolha ponderada dos acabamentos, aliando funcionalidade a um eventual sentido super-racionalizado ou caracterizadamente vernáculo, isto só para apontar soluções mais frequentes. Naturalmente que,

aqui, se manterão os cuidados de segurança, de funcionalidade e de uma expressiva qualidade do design de comunicação.

(iv) O quarto aspeto é, claramente, mais ambicioso e tem a ver com a criação de um espaço de garagem dos veículos dos residentes que seja caracterizado por formas e por um ambiente específico, constituindo-se num elemento funcional e formal complementar aos espaços residenciais, propriamente ditos, mas gozando de uma presença própria e marcada por aspetos específico e positivamente caracterizadores da solução urbana e residencial global, nos quais se destacarão, muito provavelmente, as ligações entre interior e exterior, os espaços de transição, a vegetação, os muros, as passagens bem marcadas, as transparências e os filtros, num jogo de formas, volumes que dê presença a uma parte edificada e construída que funcione, na prática, como um espaço ou mesmo um volume aliado do edifício principal, melhorando-lhe a escala geral, a relação com a escala humana e a transição e eventualmente a fusão com os edifícios e os espaços livres envolventes.

Como se entende nesta pequena descrição de uma das inúmeras soluções possíveis, tem-se em mente, neste caso, um espaço edificado realizado em parte, ou totalmente, à superfície (não subterrâneo portanto), e um espaço que poderá ocupar, por exemplo, zonas pouco favoráveis para usos habitacionais, desníveis de terreno, espaços cuja utilização obrigue a edifícios térreos ou muito baixos. A ideia fundamental que aqui fica é, neste caso, dar uma forma especial e bem caracterizada a uma espécie de remate de percursos urbanos, que seja simultaneamente, uma “frente avançada” dos espaços especificamente habitacionais e é possível jogar com estes espaços criando, por exemplo, outros espaços de transição (ex., pátios alongados), entremeados entre a habitação e estas soluções de estacionamento em boa parte à superfície.

Naturalmente que também aqui se manterão os cuidados funcionais e uma expressiva qualidade do design de comunicação, imaginando-se que esta opção poderá, ainda, fundir outras atividades neste corpo edificado com alguma presença própria, e pensa-se, por exemplo, em outros espaços do condomínio, mas também em pequenos equipamentos que sirvam a vizinhança.



Fig02: imagem do verde urbano "protagonista" no bairro realizado em Malmö, quando da exposição BO01 em 2001.

Elementos “verdes”

Apontarem-se, aqui, os elementos “verdes”, além da reflexão que foi sendo feita em diversos artigos desta série editorial, a propósito da sua importância no âmbito dos aspectos qualitativos a privilegiar nos espaços comuns residenciais, corresponde a uma contínua reafirmação da importância da integração da natureza nos espaços habitacionais pormenorizados.

Pode ser uma árvore preexistente que marque uma dada ocupação, pode ser um espaço exterior permeável onde as plantas entremeiam a calçada, pode ser um pátio ajardinado que funcione como rótula ou como presença suavizadora entre volumes edificados, pode ser uma opção por coberturas ajardinadas ou soluções com terraços ajardinados, pode ser, até apenas, o privilegiar de simples soluções com pequenos quintais térreos naturalizados ou, ainda, simples varandas adequadamente desenhadas para receberem bem grandes e fundas floreiras, ou até apenas grandes vasos com plantas.

Pode ser tudo isto e outras soluções imaginadas por quem projeta, mas não pode haver mais ausência de consideração de uma integração, verdadeiramente protagonista, dos elementos naturais nos edifícios residenciais; um protagonismo marcado, seja em soluções mais estruturantes, seja em pormenores naturalmente evidenciados. Não se trata apenas de ajudar a uma renaturalização do mundo, trata-se de agir em termos didáticos nesse sentido e trata-se, acima de tudo, de dar aos espaços residenciais mais naturalidade, mais afetividade, mas “suavidade”, e mais apropriação.

E é importante assumirmos a grande relação que existe entre habitar e natureza, seja numa perspetiva histórica de complementaridade e de equilíbrio que tem, provavelmente, a ver, por exemplo, com a relação entre orlas de bosques e povoados, mas também, por exemplo, com a própria noção simbólica da árvore protectora e da árvore geradora de vida.

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Grupo Habitar (GH) - Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional

Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais (NUT) do LNEC

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação - Olivais Norte

Infohabitar, Ano IX, n.º 465, 14 de dezembro de 2013

Etiquetas: edifícios multifamiliares, garagens comuns, novos edifícios de habitação, novos multifamiliares, qualidade arquitectónica, qualidade arquitectónica e satisfação residencial